

# ● O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas - um ensaio teórico

Bruno Pereira Bedim ([brunobedim@yahoo.com.br](mailto:brunobedim@yahoo.com.br))\*

## Resumo

Considerando a perspectiva teórico-metodológica do materialismo dialético, o artigo discute as contradições do turismo em Unidades de Conservação, delineando uma discussão filosófica sobre os avanços e as possibilidades de sua prática enquanto instrumento mediador de uma possível revisão da relação homem-natureza, a partir de sua inserção no processo de acumulação. Considera-se o turismo como fenômeno social, materializando-se no espaço através de um sistema de objetos articulados ao sistema capitalista de produção. Por conseguinte, tem-se a mercantilização da natureza, donde o preço do ingresso cobrado para a entrada de visitantes em Parques Nacionais personifica o seu valor enquanto espaços-mercadoria de consumo temporário. Um convite à reflexão, este ensaio mobiliza contribuições teóricas da ecologia, da filosofia, da sociologia da cultura e da geografia humana para subsidiar o debate.

**Palavras-chave:** Turismo; Unidades de Conservação; Materialismo Dialético; Capitalismo;

## Abstract

Considering the theoretical-methodologic of the dialectic materialism, the essay tries to show the contradictions of tourism in conservation units, drawing a philosophic discussion about the advances and possibilities of its practice while being a mediation tool for a probable revision of the man-nature relation, from its insertion in the cumulation process. Considering tourism as a social phenomenon, materializing itself on the space through a system of objects connected to the capitalist production system. As it is there is the mercantilization of nature where the price charged for the entrance of the visitors on the National Parks personifies its value as spaces of temporary consumption. An invitation to reflexion, this essay mobilizes teoretical contributions from ecology, philosophy, sociology of the culture and the human geography to help the debate.

**Key-words:** Tourism, Conservation Units, Dialectic Materialism, Capitalism;



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



## Introdução

No curso da história, a condição de heterotrofia da espécie humana a levou a produzir os seus próprios meios de existência, sua vida material propriamente dita. Essa concepção se fundamenta na modificação das bases materiais da natureza pela ação do homem, levando-o a se distinguir das outras espécies animais. Tal pressuposto se baseia nos escritos de Marx e Engels (1984) e é comumente denominado de materialista ou naturalista. A partir dele, tem-se duas transformações que definem a própria história: **i)** A transformação da natureza exterior pelo homem; **ii)** A transformação do próprio homem pelo fato de ele criar suas próprias condições de existência transformando a natureza<sup>1</sup>.

A concepção materialista da história, por sua vez, é uma lógica abstrata assentada na observação do real. Não se trata de uma "regra" que conduz a sociedade em termos ideais, mas de uma constatação do movimento dialético observado por Marx e Engels (1984) no esforço de construir uma ciência da história da sociedade<sup>2</sup>. Não são, pois, leis imutáveis, mas leis que os próprios homens constroem na tentativa de suprir as necessidades primeiras, gerando, por conseguinte, novas necessidades. Ocorre que a complexidade alcançada pela sociedade capitalista contemporânea sobrepõe às necessidades elementares outras variadas necessidades secundárias, "fictícias".

Tal contexto pode ser reiterado pela constatação de que as sociedades pós-industriais possuem a capacidade de produzir necessidades cada vez mais sofisticadas, bens materiais e imateriais a partir da "cultura de mercado" que elas próprias constroem. Além das necessidades básicas de subsistência, produzem-se também necessidades de ordem cultural, como o desejo de viajar, a indústria da moda, o telefone celular, etc. Como decorrência de

tais fatores, o processo de realização de uma necessidade sofisticará cada vez mais a relação homem/homem e homem/natureza. A partir de tais pressupostos, torna-se possível analisar a capacidade de a espécie humana se (re)produzir e se deslocar globalmente.

Os desdobramentos dessas relações criadoras entre homem e natureza e a subsequente transformação da própria espécie humana nesse processo se dá a partir de um processo dialético, *transcriador*, já que o homem cria o seu meio para si ao recriar a si mesmo. Essa *dialética da espécie natural* traduz-se no reconhecimento, pelo homem, de sua própria essência ao realizar as suas metas e materializá-las no espaço que o cerca e incorpora, produzindo-o e sendo produzido por ele. Por conseguinte, o fundamento da história é o próprio homem, toda relação humana e toda atividade humana a prosseguir com seus objetivos sobre a Terra.

A aceção teórica do desenvolvimento do capitalismo, assim, se configura pela lógica contraditória de desenvolvimento das forças produtivas, seu tempo histórico e seu ritmo na história<sup>3</sup>. O ser social humano, por sua vez, determina a sua consciência. A explicação dessa consciência se dá a partir das contradições da vida material, dos conflitos que envolvem as relações sociais de produção e as forças produtivas. Ao desenvolver as forças produtivas, o movimento da história acentua as contradições internas da sociedade atual à medida que cria homens empiricamente universais que se impõem sobre os indivíduos correspondentes a um plano local. A compreensão da dialética e da transformação da sociedade capitalista, assim, demanda a compreensão da história e do processo de acumulação e reprodução do capital no tempo e no espaço.

No curso do tempo, o espaço socialmente produzido é resultado do

\* Mestre e Doutorando Organização, Gestão e Produção do Espaço/ Geografia pela UFMG, onde desenvolve pesquisas sobre a Intervenção Socioeconômica do Turismo em Populações Camponesas; Especialista em Planejamento e Ecoturismo (UFLA); Bacharel em Turismo (UFOP). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisas Avançadas em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto - NUPETUR. Áreas de atuação: Turismo e Economia Política; Conflitos Ambientais no entorno de Unidades de Conservação; Turismo e expropriação; Lazer e Tempo Social; Sociologia do Turismo; Geografia Agrária; Cultura e resistência camponesa.

1. Para maiores aprofundamentos, ver Raymond Aron (2003).

2. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

3. As forças produtivas que envolvem o turismo não apenas intervêm como recriam modos de organização socioespacial. O turismo, enquanto esfera produtiva diferenciada, suscita a coexistência, a (des)integração ou a superposição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando desigualdades a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento. À articulação produtiva que define a prestação de serviços diretos ou indiretos ligados ao turismo, agregam-se processos sociais, costumes, espaços, indivíduos e grupos humanos - os quais possuem ritmos diferenciados de transformação na história, assim como a formação econômico-social que os envolve. Neste sentido, ver Bedim (2007).

4. A *teleologia* se refere à qualidade do homem em possuir consciência de seus atos, o que o difere, pois, das demais espécies do reino animal. Neste sentido, os outros animais realizam *atividades*, mas só o homem *trabalha* (ibid.).

5. "El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural" (LA TORRE, 1980, p.19).

6. Para se analisar os fenômenos que envolvem a vida humana, precisamos antes saber como as sociedades produzem a sua cultura material e imaterial, sua vida propriamente dita. O espaço socialmente produzido, o turismo e os usos sociais do tempo não preexistem à ação do homem. Eles são transformados a posteriori, num processo complexo de produção da vida humana que tem no trabalho o motor da história: através dele os homens transformam a natureza e a si próprios para construir seus meios de sobrevivência. Trata-se, pois, de uma análise vitalista focada na trajetória do homem enquanto bicho no mundo. Esse é o pressuposto filosófico-metodológico no qual Marx e Engels se basearam para elaborar a concepção materialista da história.

7. BEDIM, Bruno P.; PAULA, Heber Eustáquio. "Relatos Visitados": História Oral e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, mar.2007, p.63-77.

8. Num contexto que subentende a exploração do tempo e da intensidade do trabalho, contraditoriamente, o lazer e o turismo assumiram importantes papéis e ganharam relevância através da apropriação e preenchimento produtivo do tempo "livre" do cidadão, gerando assim um paradoxo no uso e sentido do tempo de não-trabalho, posto que este é utilizado para criar novas relações sociais repletas de valores mercantilizados, e não como um tempo do indivíduo consigo mesmo. Subordinado ao tempo de produção, o "tempo livre" não apenas se encontra subvertido à esfera econômica como também a complementa.

trabalho humano a transformar a natureza e a si próprio, numa contínua interação que pressupõe diversificadas formas de apropriação da natureza pelo homem no fluxo do devir, imprimindo aos recursos naturais formas e conteúdos úteis à sua reprodução social. Neste processo, o homem antropomorfiza a sua natureza externa (ambiente) e, por conseguinte, transforma a sua própria 'natureza interna'.

A relação homem-natureza, assim, se dá a partir de processos de trabalho, cujo viés teleológico<sup>4</sup> confere à natureza a condição de objeto e meio de trabalho. A apropriação e a transformação dos objetos (recursos naturais) visam, pois, à satisfação das necessidades humanas, processo pelo qual são produzidas riquezas. Por sua vez, a perspectiva de compreensão da realidade exposta por Marx e Engels (1984) foca-se num viés antropológico, como decorrência da nossa condição de espécie natural: o homem enquanto "bicho no mundo", a trajetória do ser humano enquanto espécie animal sobre a Terra. Do ponto de vista científico, tal concepção se apresenta altamente saudável.

O materialismo histórico, em última instância, é uma forma de compreensão da sociedade; uma "autópsia" da história e dos processos sociais a ela subjacentes; uma análise da nossa viagem enquanto espécie biológica no mundo; um método que permite-nos interpretar o processo de construção da história pelos homens na sua relação com outros homens e com a própria natureza.

O turismo<sup>5</sup> é uma forma de intercâmbio material entre homem e natureza<sup>6</sup>, cuja praxis altera substancialmente a interação homem-natureza, inserindo *mudanças qualitativas ao nível das relações de trabalho*, tendo em vista que a natureza preservada se configura como um importante atrativo turístico. Diante disso, tem-se uma nova forma de incorporação do trabalho humano aos espaços de vivência.

Ao longo do processo histórico ocidental, o homem, pontuadamente, se desloca pelo espaço social - seja pelos lastros milenares da movimentação causada por eventos culturais na antiguidade (como os jogos olímpicos), seja em virtude das condições de subsistência. Na atualidade, contudo, verifica-se a reprodução de tal fenômeno, agora assumindo novas formas sociais - quer seja, as experiências modernas do turismo e do lazer (BEDIM; PAULA, 2007)<sup>7</sup>.

O turismo é, em si, um fenômeno social moderno nascido das contradições da própria maquinaria produtiva da modernidade. O tempo livre<sup>8</sup> a ser gozado pelo turista e personificado nas férias remuneradas, só pôde existir enquanto tal a partir do tempo de trabalho e seus movimentos ao longo do tempo. Assim, o turismo é produto do processo histórico moderno, se inserindo entre as inúmeras concepções da modernidade e suas tendências econômicas, políticas, culturais e ambientais a transformar o mundo. Traz consigo a importância da era moderna na experiência ocidental; signo de um mundo sem fronteiras porém delimitado em si; a compressão tempo-espaço a produzir contradições ao reduzir as distâncias aparentes entre os homens e os últimos "refúgios naturais" da Terra, mas cuja proximidade não necessariamente significa o entendimento entre os mesmos.

A criação de áreas protegidas tem se destacado enquanto estratégia de conservação dos patrimônios naturais, à medida que os principais ecossistemas do planeta encontram-se ameaçados. Há uma combinação de fatores que explicam o aumento da preocupação mundial pelas áreas protegidas, como o aumento da devastação de florestas e a perda da biodiversidade - entre outros temas de estudos e debates freqüentemente evocados no sentido de se configurar novos

9. Henry David Thoreau, considerado um dos fundadores do ambientalismo moderno. Em seus relatos, encontramos fragmentos da idealização ocidental do mundo natural no século XIX, em que florestas "inóspitas e selvagens" e topografias sobrenaturais refletiam a natureza primitiva e sua atmosfera sagrada. Dos arautos da modernidade, emerge sua visão romântica sobre o mundo natural, contexto que, segundo Schama (1996, p.568), levou Thoreau a exprimir suas sensações conflitantes em relação à coexistência do 'selvagem' e do 'social', já que a preservação do mundo estaria na "natureza bravia", virgem. Tem-se, na sequência, a representação idílica de um mundo preenchido com entes naturais primitivos e seu apelo paisagístico como um contraponto à civilização ocidental e sua crescente industrialização.

10. Na acepção marxiana da história, assim, não há separação entre natureza sociedade. Marx e Engels (1984) entendem o mundo a partir de uma concepção naturalista, vitalista e não de uma metafísica: para se manterem vivos, o homens têm que se alimentar, construir abrigos, roupas, sem os quais não poderiam existir. Para tanto, eles se associam a outros homens, daí o motivo pelo qual Marx também não separa o indivíduo da sociedade. Por conseguinte, a relação entre a sociedade e a natureza é um intercâmbio que se desenvolve historicamente por meio do trabalho humano e que, ao mesmo tempo, cria e transforma as relações entre os seres humanos. A (re)produção da vida material, por sua vez, se dá pelos processos de trabalho.

11. BEDIM, Bruno P. *A questão agrária face a produção capitalista de espaços turísticos no entorno de Unidades de Conservação: confrontações da "matéria" subjacente aos Parques Caparaó, Serra da Canastra e Ibipitoca*. Projeto de Pesquisa/ Doutorado - Organização, Gestão e Produção do Espaço/ Geografia (IGC-UFGM). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFGM, set.2007. 15p.

vínculos entre o homem e o meio do qual ele faz parte. Não obstante, Diegues (2002) ressalta que o naturalismo do século XIX afastou o homem da natureza, reservando aos parques nacionais a idealização da não interferência antrópica, desdobrando assim no mito de lugares paradisíacos a serem apenas reverenciados pelos homens, como estratégia para proteger a vida selvagem - no intuito de salvaguardar fragmentos do mundo natural em estado primitivo, portanto "livres" de qualquer ação humana.

"A natureza é mágica" - já afirmava Thoreau<sup>9</sup> ao exprimir a incompatibilidade entre história e natureza, uma vez que, segundo o seu discurso, a civilização amansa e subjugam o mundo natural ao lidar com ele. Essas sensações conflitantes em relação à coexistência do "selvagem" e do "social" (SCHAMA, 1996), associadas ao legado da cultura judaico-cristã conferem conotação sagrada (paraíso) aos espaços considerados "inalterados" pelas mãos do homem - o que explica o fato de, ainda hoje, alguns ambientalistas defenderem a proibição da visitação pública às Unidades de Conservação, apontando o turismo como uma ameaça à vida selvagem e como mecanismo indutor de práticas depredatórias.

A relação homem-natureza e seus significados acompanham a humanidade desde os seus primórdios. Ao longo da história ocidental, contudo, o homem, numa ilusão emancipatória, se aparta da natureza: negando sua condição animal torna-se *sujeito*, o 'ser pensante', enquanto que o mundo envolvente, o seu *objeto*. O universo do natural, a partir daí, é reordenado à sua maneira. Tal viés gera uma estranha dicotomia, posto que o ser humano integra o próprio mundo natural e com ele coexiste: em última instância, o homem é a natureza que toma consciência de si<sup>10</sup>.

As demandas das populações urbanas em visitar as áreas naturais protegidas

expressam a própria dualidade homem-natureza, onde a busca por imagens nostálgicas relacionadas a esses destinos turísticos representam a busca pelo "paraíso perdido" no imaginário ocidental, em contraposição à degradação da qualidade de vida nos grandes centros urbanos (AOUN, 2003).

Assim, novas demandas sociais induzem à procura por "refúgios naturais" como alternativa à fuga do cotidiano das metrópoles, sendo que a especificidade do "mundo natural" é definida em oposição à imagem da civilização, e suas representações construídas a partir de olhares "civilizatórios" sobre o "selvagem". Na contemporaneidade, sob tal perspectiva dicotômica, o turismo em áreas naturais protegidas recolocaria o indivíduo em contato com o *paraíso perdido*, materializando - e vendendo - a ideia do retorno às origens humanas. Contraditoriamente, busca-se na idealização do "natural" as respostas para muitos dos dilemas civilizatórios.

Retomemos aos pressupostos do materialismo histórico-dialético inicialmente expostos neste artigo. Como visto, as condições materiais condicionam as demais relações sociais e que, para viver, os homens têm que, a princípio, transformar a natureza. No contexto turístico, tal composição pode ser exposta a partir do entendimento de que o turismo representa um acréscimo de novas formas de racionalidade ao processo produtivo - a inauguração de uma modalidade de intercâmbio material entre homem e natureza.

Neste sentido, o próprio apelo estético da paisagem é entendido enquanto força produtiva, já que a *atividade* das formas naturais e culturais insurge como fator histórico-geográfico de desenvolvimento econômico e social<sup>11</sup>. É o que enfocaremos a seguir, a partir do contexto que envolve a experiência turística em áreas naturais protegidas.

## As Unidades de Conservação e a lógica do espaço-mercadoria

O patrimônio natural de um Parque Nacional apropriado pela "indústria do turismo" e seus mecanismos econômicos se inserem na lógica de acumulação - em que coisas que não eram mercadoria passam a ser mercadoria para alimentar o modo de produção capitalista.

Assim, o turismo transforma uma considerável parcela do espaço 'natural' em mercadoria, submetendo-o ao circuito da troca e, segundo Carlos (op.cit., p.179), engendrando "uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação" - condicionando, pois, o seu uso aos enquadramentos da apropriação privada e a acessos diferenciados funcionalmente.

No mundo moderno, as relações entre desenvolvimento das forças produtivas e processos de produção engendram novos mecanismos de se efetivar a acumulação, os quais se vinculam, cada vez mais, à *produção do espaço-produção*. Neste processo, atribui-se valor de uso a novos lugares, à medida que a extensão do capitalismo suscita novas contradições do espaço a partir do processo de reprodução da própria sociedade (CARLOS, 1999, p.178). Por conseguinte, assiste-se à *fragmentação do espaço no contexto de sua globalização*; à emergência dos espaços-mercadoria, cuja essência está envolta por simulacros, à medida que o seu valor de uso sucumbe aos termos da troca<sup>12</sup>. Nesta perspectiva, o espaço funcional ao turismo pode ser entendido como uma "nova raridade"<sup>13</sup>, cuja produção e apropriação social estão atreladas a fenômenos trans-escalares pois imersos nas esferas mais amplas da sociedade. No caso específico dos Parques Nacionais, isso pode ser exposto a partir do entendimento das dinâmicas recentes observáveis no processo de apropriação de seus respectivos

entornos pelo turismo, bem como da noção de "locação" a curto prazo materializada tanto no preço dos ingressos cobrados aos turistas quanto na terceirização dos programas de visitação pública.

Ao intervir direta ou indiretamente nas dinâmicas socioambientais de seu entorno, as Unidades de Conservação representam muito mais do que simples categorias jurídicas de organização espacial - sendo necessário olhar para além de suas fronteiras. Compreender os processos socioculturais desencadeados pelo turismo em espaços limítrofes às áreas naturais protegidas equivale a reconhecê-las como fenômeno de cultura, fenômeno com espírito social, cujo viés ambiental e econômico são tão importantes quanto os demais - e cuja vertente funcional tende a transformar as suas adjacências em territórios de lazer socialmente construídos.

Ademais, acreditamos que o fenômeno turístico em Unidades de Conservação e seus desdobramentos se materializam enquanto práticas sociais na própria ação dos atores que neles estão inseridos.

Paraíso? Para quem? É na efervescência empírica que permeia o cotidiano do entorno de Parques Nacionais - onde as populações locais e os parques muitas vezes constituem-se estrangeiros entre si; em que o turista é o estranho elemento a intervir sobre espaços e culturas - é neste contexto que devemos buscar subsídio empírico para o entendimento da transformação do cotidiano social incerto e, muitas vezes perverso, ao qual estão submetidas as populações locais impactadas pelo Turismo.

O "exagero material", por vezes apropriado pelo marxismo vulgar, requer aqui um novo tratamento, e nele se incluem as relações sociais como expoentes da dimensão do uso. É a partir desses pressupostos que devem ser reconstruídas a atmosfera social que envolve os usos e

12. "...o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível. No contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis do mercado, isto é, definido pela sua trocabilidade. Nesse caso, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, se encadeiam ao longo dos circuitos da troca - a partir de uma estratégia e de uma lógica" (CARLOS, 1999, p.179).

13. Neste sentido, ver Henri Lefebvre (2003).

apropriações dos territórios no período que antecedeu a criação dos Parques e Reservas, recolocando na história o papel do Estado como agente a intervir pela violência simbólica do processo de criação das Unidades de Conservação e do seu subsequente "uso público" (leia-se, exploração econômica via turismo).

Que contexto é esse em que árvores e bichos são exaltados enquanto ícones de fetichização do espaço como mercadoria reproduzível, ao passo que as populações locais são expropriadas de suas terras como se fossem bichos? Conforme lembra Martins (1996), se quisermos produzir conhecimento sobre o espaço, não poderemos fazê-lo sem incorporar a análise dos mecanismos perversos e excludentes do capitalismo e suas respectivas contradições, tendo-se a forma mercadoria como metáfora dessa "racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das coisas pela desumanização do homem" (MARTINS, 1996, p.44)<sup>14</sup>.

Sendo assim, o estudo que se propuser a analisar o uso público de um Parque Nacional não deve prescindir da análise dos processos que envolvem a expropriação de terras do entorno da Unidade a partir de sua incorporação enquanto espaço-mercadoria a ser consumido na lógica de reprodução do capital. Fetichizado, despedaçado e vendido, esses "paraísos do capital" (BEDIM, 2007) expõe as chagas de um sistema que se apropria das desigualdades do desenvolvimento para se reproduzir, submetendo o uso dos recursos naturais aos termos da troca - o "paraíso" como um privilégio para quem pode pagar por ele. Mas e o custo social desse processo? Quem paga?

Conforme lembra Seabra (1996, p.82), a forma mercadoria não se limita apenas ao produto que sai das fábricas, incorporando ainda "fragmentos e momentos da existência social que também se realizam nos circuitos de valorização do capital". Neste sentido, as

formas de uso do tempo de não-trabalho materializadas no turismo igualmente constituem uma variante da forma mercadoria - o tempo do homem moderno como produto reproduzível, posto que o indivíduo é induzido a consumi-lo.

O mundo moderno, para Lefebvre (1975, p.88), destrói o originário e o original, as particularidades e os lugares, saqueando a natureza e substituindo a obra pelo produto. Num contexto da mundialidade do mundo, o domínio sobre a natureza revela dialeticamente (e diabolicamente, segundo o autor) o seu contrário: uma "destruição total que leva à exigência de uma reprodução (recreação) igualmente total". O advento industrial e sua racionalidade conotam, pois, a centralidade política, a concentração das decisões implicando a homogeneização do espaço e a centralidade da informação - conferindo ao urbano um tempo-espaço diferencial e diferenciado - a saber, dominante. Tal centralidade urbana do modo de produção capitalista conferem à cidade um caráter cumulativo do tempo e dos objetos, congregando pessoas, riquezas, mão-de-obra, processos produtivos, coisas, capital, etc. Diante disso, a organização capitalista do consumo e a respectiva conformação do *tempo-mercadoria* como símbolo e metáfora do espaço moderno - *tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido*:

*O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo 'perdido' não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretense 'tempo livre' é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais (LEFEBVRE, 2003, p.23).*

14. MARTINS, S. M. A cidade sem infância: a produção do espaço no mundo da mercadoria. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.74, p.23-46, 1996.

O turismo em Parques Nacionais, por sua vez, está imerso neste mercado de bens simbólicos, alterando o uso e o sentido do tempo e do espaço "natural" à medida que as inovações nos mecanismos de comunicação e transporte reduziram as distâncias globais, sob signos de modernidade a imprimir velocidade ao tempo. A compressão tempo-espaço, consequentemente, possibilitara a interligação dos lugares e culturas, expandido o contato com o outro sem necessariamente facilitar a compreensão deste outro.

Não obstante, Lefebvre (2003) destaca que a produção dos espaços se vincula aos tempos (tempo livre, tempo de trabalho, tempo das obrigações sociais, etc.), espaços-tempos que permanecem atrelados às relações sociais de produção, mesmo que se tratem de esferas produtivas engendradas pelo uso do tempo de não-trabalho, tal qual é o tempo apropriado pelo turismo e o lazer na modernidade. Conforme pontua Alfredo (2006, p.53), a modernidade se expressa pela ampliação do mundo da mercadoria, sendo que "os processos relativos à reprodução social são expostos e repostos pelas determinações da simultaneidade, efetividade do espaço, em detrimento das relações de sucessão, efetividade do tempo" - uma vez que, de acordo com a perspectiva lefebvriana, o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo. Por conseguinte, tem-se o consumo do tempo e do espaço, donde o valor de uso sucumbe aos termos da troca<sup>16</sup>.

Nesta perspectiva, o tempo do não-trabalho, assim como os espaços funcionais ao lazer e ao turismo - como as Unidades de Conservação abertas à visitação pública -, tais espaços podem ser concebidos como um prolongamento das cidades e da urbanização ao longo das áreas "naturais", seja das regiões montanhosas, seja dos litorais ou até mesmo desertos. Uma vez incorporados

ao mundo da mercadoria, os mesmos se transformam em objeto de especulação - não se desvinculando, pois, dos processos produtivos:

*Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, estão estreitamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, ao contrário, inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho (LEFEBVRE, 2003, p.22).*

Por conseguinte, tem-se a conjugação entre a ordem do espaço e a ordem do tempo; as relações de propriedade e a existência das "contradições naturais do espaço", submetendo assim a apropriação da natureza aos termos da troca.

Não obstante, Ana Fani Carlos (1999, p.174) destaca as transformações das relações espaço-temporais na modernidade, sublinhando o papel do turismo como uma extensão das atividades produtivas. Numa época de universalização do capital e dos processos a ele subjacentes, haveria a inauguração de novas formas de se consumir o espaço, isto é, "cada vez mais se compram e se vendem pedaços do espaço para a reprodução da vida". Por conseguinte, assiste-se a transformações substanciais no que concerne tanto ao uso do espaço quanto ao acesso a ele. Assim, a mercantilização da natureza emerge como estratégia de acumulação capitalista. Por sua vez, o espaço-mercadoria denota novas formas de apropriação voltadas para o lazer e o turismo, resultando na produção de espaços fragmentados pois condicionados pelas necessidades da acumulação - subvertidos à troca e vulneráveis aos processos especulativos.

16. A partir de uma interpretação do pensamento lefebvriano, Alfredo (2006, p.67) assim interpreta tal fenômeno: "Tempo e espaço do ócio, constituídos na sua versão crítica moderna, apresentam-se como lazer: consumo de tempo e de espaço, produção espacial para consumo de tempo e espaço que reproduzam, ainda que criticamente, as relações sociais sob a forma valor".

Um Parque Nacional aberto à visitação pública, assim, é um espaço produzido e apropriado a partir de demandas externas a ele, articulando a si a lógica da simulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelo turista: "o espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto 'mercadoria de uso temporário' definida pelo tempo de não-trabalho" (CARLOS, op.cit., p.176).

A racionalidade do uso destes recursos naturais por populações urbanas, subjugadas ao modo de produção e às ideologias e aparatos políticos dominantes, engendram a transformação das práticas sociais de apropriação e uso da natureza. Para a análise de tais processos, Leff (2000) propõe a conjugação entre os aparatos teóricos do materialismo e suas interfaces dialógicas com diferentes ciências sociais, articulando, por exemplo, elementos da antropologia e ecologia para se atingir a 'racionalidade econômica' de apropriação dos recursos naturais de um dado território<sup>17</sup>.

O que se assiste, a partir da criação de parques e reservas, é uma ressignificação de suas paisagens e de suas áreas limítrofes, em que novos valores estéticos insurgem em detrimento dos usos agrícolas e/ou extrativistas até então dominantes. Na seqüência, não raro assiste-se à crescente valorização de terras e aos emergentes mecanismos de especulação fundiária que circundam tais áreas, submetendo assim o valor de uso aos termos da troca.

Neste sentido, os processos desencadeados no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca (MG) podem aqui nos servir de subsídio empírico. Segundo Bedim (2007) a criação do parque e seu subsequente uso público podem ser entendidos como uma forma de intervenção direta sobre o modo de vida camponês, sem oferecer a tais atores

novas alternativas de reprodução social. O autor destaca ainda que a apropriação do entorno do Parque pelo turismo resulta em dois processos similares, embora suas dimensões sejam diferentes: 1) no entorno oeste e sudoeste, tem-se uma tendência de parcelamento das unidades fundiárias, com destaque para o estabelecimento de empreendimentos turísticos e para a construção de casas de veraneio; 2) no entorno sul, leste e norte assiste-se à monopolização do território via formação de um latifúndio, processo pelo qual uma única empresa de construção já adquiriu aproximadamente 3000 hectares, chegando inclusive a comprar uma parcela considerável de um dos arraiais do entorno (Mogol) - conferindo-lhe um aspecto de "vila fantasma", já que restaram apenas 22 moradores na localidade.

Bedim (2007) sublinha ainda o cerco da legislação e dos órgãos ambientais ao modo de vida camponês e às práticas agrícolas tradicionalmente praticadas no entorno do Parque do Ibitipoca, impondo restrições no uso do solo e dos demais recursos naturais (BEDIM, op.cit.). Tais mecanismos se apresentam como formas de expropriação direta ou indireta, criando condições favoráveis à separação do trabalhador rural dos meios de que dispõe para produzir:

*O que se verifica em Ibitipoca é a expropriação de uma terra de uso camponês, a intervenção na trajetória de um grupo social que viu as bases materiais de sua existência ameaçadas por agentes externos ao seu mundo; a privação do uso, a negação do signo, a apropriação econômica de um território por eles considerado sagrado; a violência simbólica do Estado que preencheu com turistas o lugar do cidadão camponês. Para a população local, essas são as marcas de um passado a refletir e se atualizar no presente, nas lutas do presente, nas dificuldades do presente, nas*

17. "Com a conformação do Modo de Produção Capitalista, as tendências dos processos ecológicos e culturais articulam-se, são assimiladas ou transformadas pela sobre-determinação que lhes impõe a racionalidade econômica de uso dos recursos. Neste sentido, é necessário articular o Materialismo Histórico com a Antropologia e a Ecologia, para estudar os processos de transformação dos sistemas ecológicos e culturais, através das práticas produtivas que induziu a exploração capitalista dos recursos naturais e da força de trabalho das diferentes formações sociais" (LEFF, 2000, p.107-8).

*estratégias atuais dos atingidos pela expansão capitalista e suas contradições (BEDIM, 2007, p.124).*

Dessa forma, áreas montanhosas historicamente ocupadas por populações camponesas se tornam, subitamente, vulneráveis a variados fatores de ação antrópica face a mercantilização da natureza. Não obstante, Henri Lefebvre sinaliza que

*Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo em que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente feita em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza. Em contrapartida, a raridade do espaço, nas zonas industrializadas e urbanizadas, contrasta com o vazio dos espaços ainda desocupados, os desertos terrestres e os espaços interplanetários; a carestia do espaço assim ocupado e rarefeito é um fenômeno recente, com conseqüência cada vez mais graves. Esse espaço, sendo lugar e meio da prática social na sociedade capitalista (isto é, da reprodução das relações de produção), assinala os seus limites (LEFEBVRE, 2003, p.25).*

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas se propuseram a apreender e interpretar os significados econômicos das múltiplas funções que o espaço rural vem apresentando na contemporaneidade. O fato é que pouca atenção tem sido despendida para se analisar a importância das áreas rurais do entorno de Unidades de Conservação, concebendo-as enquanto

espaço social de trocas simbólicas, cuja diversidade provém da reprodução de suas próprias bases culturais.

A atual noção de conservação da natureza, por sua vez, destaca a importância das populações locais<sup>18</sup> e seus respectivos meios de manifestação cultural, expressos nas variadas formas e processos espaciais. Uma leitura ambiental consistente, portanto, deve abranger as interações entre os diferentes elementos que organizam e definem o entorno de áreas naturais protegidas, incluindo a própria sociedade que o produz, as condições do meio físico, suas áreas de produção agrícola, modos de vida, paisagem rural e sistemas de cultivo, entre outros. Neste sentido, Abramovay (2000) propõe a incorporação dos temas de natureza ambiental às estratégias de desenvolvimento rural: "à medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado - e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover - vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade" (ibid., p.9).

Já Morsello (2001, p.343) lembra que o elemento econômico está entre os critérios de seleção e delimitação de Unidades de Conservação no Brasil, destacando que "a localização dessas unidades foi determinada pelos custos diretos, especialmente o preço da terra", sendo que os custos indiretos - como o ressarcimento das populações afetadas - nem sempre integraram as pautas de discussão. Morsello destaca também que um dos grandes problemas que envolve a criação de áreas protegidas está relacionado à não incorporação de uma perspectiva regional na escolha e delimitação de tais áreas, e que, a nível nacional, a melhoria do manejo e da seleção dessas Unidades "depende do ordenamento territorial, do estabelecimento de critérios

18. Não obstante, Irving (2002) ressalta a importância de se incorporar a ótica social nos projetos turísticos, apontando a indissociabilidade entre estes e o contexto do desenvolvimento regional, como forma de assegurar a dimensão humana e a sustentabilidade do processo: "É necessário criarmos projetos que respondam aos interesses das minorias. E aqui estamos nos referindo a diversas minorias étnicas, minorias em termos de renda, gênero e assim por diante. [...] É necessário que o projeto turístico estimule o melhoramento da qualidade de vida na região onde se realiza. Os projetos devem contribuir também para satisfazer outras necessidades regionais. [...] O projeto turístico tem que ser absorvido também sob a ótica social. O que é que, de fato, traz para o bem-estar, para qualidade de vida daquele lugar?" (IRVING, 2002, p.12).

específicos em nível regional, da incorporação de aspectos econômicos e da redução de conflitos com os habitantes" (op.cit., p.333).

Contudo, nem sempre a viabilidade social, ambiental e econômica do turismo é devidamente equacionada na escolha das categorias de manejo das Unidades de Conservação, no Brasil. Antes de se abrir um parque à visitação pública, por exemplo, seria prudente que os órgãos responsáveis pela sua gestão olhassem além das fronteiras da Unidade, a partir de estudos preditivos que antevêm a viabilidade da implantação (ou não) do turismo na região, tendo em vista os desdobramentos que tal atividade projeta em suas adjacências. O não planejamento territorial do entorno rural dessas áreas é o motivo pelo qual as populações locais são duplamente afetadas, atualmente. De pronto, sofrem os processos diretos decorrentes da implantação dos parques e reservas (desapropriação, restrições no uso do solo, etc). Num segundo momento, são vítimas de processos indiretos - como a chegada de novos atores sociais e a subsequente especulação imobiliária deflagrada no entorno dessas áreas, a qual envolve inclusive a expropriação de muitos agricultores que não vêem outra alternativa senão vender suas terras e viver da prestação de serviços em turismo (BEDIM; TUBALDINI, 2006)<sup>19</sup>. Não obstante, Diegues ressalta que:

*Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das Unidades de Conservação é usada para a fiscalização e repressão [...] e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e*

*estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas (DIEGUES, 2002, p.21).*

Em relação às expectativas geradas quanto ao "desenvolvimento turístico" dessas áreas, vale lembrar que muitas delas surgem a partir das próprias populações locais; outras, porém, são incitadas pela administração dos parques, no intuito de mitigar eventuais conflitos - criando-se a perspectiva de que a longo prazo a implantação das Unidades de Conservação compensará as populações afetadas, em termos econômicos. Entretanto, a lógica de acumulação do "capital turístico" é espacial e socialmente excludente, já que, a princípio, as populações locais raramente detêm capital de giro e mão-de-obra qualificada, além de desconhecem os mecanismos econômicos da "indústria turística". Via de regra, os ganhos econômicos do turismo se concentram nas mãos de grandes investidores intimamente articulados aos mercados de capitais. Neste sentido, Lindberg e Huber (1995) estimam que menos de 10% dos gastos do turista permanecem nas comunidades dos destinos visitados.

Ao discorrer sobre eventuais impactos negativos do turismo via degradação ambiental dos destinos, Coriolano (2006, p.335) aponta o turismo como elemento motivador de conflitos diversos, uma vez que, em sua relação com os fatores ambientais, "evidencia uma das contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza". No sentido de sua crítica<sup>20</sup>, a autora assinala o turismo como um possível elo de retorno da relação homem-natureza, muito embora sejam comuns, no turismo, a recomposição dos traços de dominação do 'social' sobre o 'natural'.

19. BEDIM, Bruno P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de Unidades de Conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. *Ciência & Tecnologia* - OLAM, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006, p.356-376.

20. "O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, que consiste em colocar grandes extensões da natureza a disposição de poucos visitantes, apresentando-a como atrativos naturais e culturais transformados em negócios, expropriando da terra aquele grupo da população que subsistia de atividades não-capitalistas. [...] Ambientes agredidos, valores locais depreciados, atividades tradicionais abandonadas, natureza agredida são impactos acarretados com o advento do turismo. As ocupações tradicionais como a pesca, a agricultura familiar são abandonadas por ocupações em serviços turísticos, pescadoras e rendeiras passam a ser garçons, camareiras, jardineiros, vigias" (CORIOLANO, 2006, p.341-348, passim).

## Sinopse teórica da experiência turística em áreas naturais protegidas

Ao chegar ao "paraíso", o turista se lança na "busca pela excitação" como forma de procurar alívio das repressões sociais que envolvem suas obrigações cotidianas como escola, trabalho, religião ou casamento. Ao visitar um Parque Nacional, o indivíduo tende ao relaxamento das tensões às quais é submetido no processo de evolução social, liberando-se. Operários, mães, avôs, empresários, estudantes, advogados, maridos e esposas momentaneamente se abstêm dos papéis que comumente representam em sociedade. Atualmente, contudo, as Unidades de Conservação estão cada vez mais atentas em estabelecer normas de conduta aos visitantes, impondo regras e restrições de uso dos seus espaços. Para o turista, tais regras, de certa, conformam o retalhamento das formas de expressão do seu tempo livre.

Tipologias como "turismo de aventura" têm nas áreas naturais protegidas os seus espaços por excelência, muito embora relembram ao ambiente natural a condição de componente secundário. Uma interpretação possível das teorizações de Norbert Elias e Dunning (1992a) revela que a "busca pela excitação" transcende às paisagens cênicas; a natureza sucumbe à emoção<sup>21</sup>; o paraíso vira palco da adrenalina. A alegria e os perigos miméticos moram na beira do abismo, na escuridão da gruta, no rapel pela rocha, ou na prática do nudismo em cachoeiras. O apelo idílico da natureza já não basta. É preciso pecar no paraíso; desafiá-lo.

Ao turista, enquanto indivíduo em uso de seu tempo livre, são permitidas sensações que o mundo das obrigações não aceita, por isso sua importância no processo civilizador. Porém, ao contrário do que é vinculado nas propagandas das agências de turismo, o que

tem-se é o simulacro da aventura; o empacotamento das emoções sob a luz da indústria cultural e seu apelo imagético; atividades "de aventura" racionalmente pensadas onde os riscos tendem a zero; o fácil acesso à experiência turística radicalmente segura, confortável e amparada por recursos tecnológicos; a falsa aproximação do sentimento morte-vida que as telas de cinema e os jogos eletrônicos tanto espelham; a radicalização do simulacro de um produto turístico; a catarse pré-fabricada e paga a prestação<sup>22</sup>.

Tendo em vista que o materialismo dialético sustenta, dialeticamente, que o material e o ideal são diferentes, na realidade opostos, mas existem dentro de uma unidade na qual o material é primordial, levanta-se a seguinte questão: Que tipo de consequência uma intervenção material, via turismo, terá na maneira como o homem pensa sua relação com o meio natural? Para tanto distingue-se, neste trabalho, os seguintes elementos: (1) a interação entre o homem e a natureza, representada pela prática do turismo em áreas protegidas, significando o universo material; (2) a necessidade de conservação destas áreas e da própria espécie humana, por sua vez, o universo ideal. O turismo é concebido, aqui, como fenômeno social materializando-se no espaço através de um sistema de objetos articulados.

Considera-se a possibilidade de infinitas permutas e interações entre o homem e o meio (interação ativa: os visitantes vão trazer alguma coisa, mas levarão algo consigo também, e vice-versa). Necessariamente, cada interação possível gera um impacto, negativo ou positivo. Argumenta-se que o homem, através de condições materiais (viagem ao meio, paisagens cênicas, belezas naturais) produz um processo mental (abstrações, sensações, aprendizado). Que maneira mais eficaz de interagir com os fundamentos da "cidadania ecológica"

21. Neste sentido, ver também Elias e Dunning (1992b).

22. BEDIM, Bruno P. A dialética do turismo em áreas naturais protegidas. *Ciência & Tecnologia - OLAM*, Rio Claro (SP), v.7, n.1, maio 2007, p. 1040-1044. Neste artigo, a discussão sobre "turismo de aventura" e catarse é desenvolvida com um grau de sofisticação mais detalhado.

senão a própria experimentação, onde o sujeito entra diretamente em contato com o meio, percebendo-o e interpretando-o? Assim, a interação visitantes versus Unidade de Conservação ocorrerá até que haja um salto qualitativo, ou 'salto dialético', segundo a lei da transformação da quantidade em qualidade. Mas esse novo estado não dura permanentemente, já que uma nova luta entre opostos terá lugar, e assim por diante, *ad infinitum*.

Nesta perspectiva, infere-se que a presença humana em uma Unidade de Conservação *versus* a necessidade de preservação da natureza, enquanto um conflito de contrários, pode viabilizar o avanço da realidade ambiental num processo histórico de transformação progressiva: a interação entre homem e natureza, nessas áreas - de forma criteriosa e racional- incluindo a visitação pública através de atividades de educação e interpretação ambiental sensibilizadoras - podem possibilitar ao homem perceber-se enquanto parte do meio e, por conseguinte, preservá-lo. Há ainda a problemática que envolve as áreas de preservação intensiva, como as Reservas Biológicas, especialmente resguardadas para proteger um tipo específico de vida, nas quais, por lei, não se pode tolerar nenhuma atividade antrópica senão para fins científicos. Neste caso, a própria ausência de interação representa um tipo de interação. Nestes termos, tais categorias de manejo devem priorizar pela garantia da preservação ou conservação de seus recursos naturais, não pela recreação; face ao risco de ameaçar quaisquer desses objetivos, o turismo é vetado, para que não se altere o *status quo*.

Por outro lado, neste processo, corre-se o risco de que o turismo aproprie-se indevidamente do patrimônio natural das Unidades de Conservação, condenando-as à destruição: de acordo com esta perspectiva, quanto mais interação, menos

natureza haverá. A indevida apropriação da paisagem, por vezes incorporada indiscriminadamente enquanto mercadoria, a reduz a mero produto a ser consumido na lógica de reprodução capitalista. É o risco eminente da mercantilização exacerbada da natureza, invertendo assim o objetivo "ideal" do turismo nas áreas naturais protegidas.

Além de resguardarem a conservação dos ecossistemas em que se inserem, os parques são categorias de manejo cujo viés funcional os transforma em territórios de lazer historicamente instituídos. Ademais, conforme já destacamos recentemente (BEDIM; TUBALDINI, 2006), a demarcação jurídica de porções territoriais enquanto Unidade de Conservação e seu subsequente uso turístico potencialmente engendram processos pelos quais diferentes atores passam a disputar o controle dos recursos disponíveis em áreas dantes geridas pelas populações locais, onde diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território - em torno dos quais orbitam forças políticas, simbologias e interesses conflitantes -, tendo-se em vista a observância da heterogeneidade social dos grupos que dele se apropriam. Nesta perspectiva, torna-se oportuno discutir a problemática socioambiental que envolve as diferentes práticas de apropriação social do território pelos grupos envolvidos no processo turístico em Unidades de Conservação e seu entorno.

**i)** Para os turistas, por exemplo, as Unidades de Conservação se apresentam enquanto paisagem de consumo estético a ser visitada e fotografada, espaço de lazer e diversão - representando a fuga do cotidiano das grandes cidades e, muitas vezes, local de exacerbação dos prazeres. **ii)** Para os moradores de seu entorno, contudo, são lugar de moradia, devoção popular e práticas culturais tradicionais, onde determinadas "leis locais" devem ser

respeitadas. **iii)** Contudo, há um outro grupo - os moradores recém-chegados ao entorno dessas áreas, muitos dos quais empreendedores - que vêem nesses espaços uma oportunidade de exploração econômica, a partir da implantação de empreendimentos turísticos diversos. **iv)** Por outro lado, há ainda os interesses dos órgãos ambientais gestores dessas Unidades - que por sua vez tendem a defender a vertente "preservacionista", buscando resguardar as características naturais dos ecossistemas que compõem os parques e seus respectivos entornos - muito embora efetivem algum tipo de exploração econômica nessas áreas.

A princípio, pode-se afirmar que essas são as principais forças que atuam e se confrontam no campo dos conflitos ambientais que envolvem a tríade *turismo, áreas naturais protegidas e as populações locais* - onde diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território. Embora essa problemática envolva ainda categorias mais amplas e elementos diversos, podemos captar, a partir de tais constatações, o sentido das transformações que o turismo confere ao uso do espaço, uma vez que tal fenômeno engendra uma nova significação social dos recursos naturais disponíveis.

O turismo, por sua vez, traduz ontologicamente a construção prática de um mundo objetivo, com o trabalho do homem que se exerce sobre a natureza inorgânica; a confirmação do homem como um ser de espécie consciente. Como visto anteriormente, Marx encontra a explicação da *praxis* no confronto entre a produção humana e a dos animais. Os animais produzem apenas para o seu objetivo imediato, movido por necessidades físicas, enquanto o homem produz de um modo universal, mesmo quando está livre das necessidades físicas. O turismo, assim, aciona e materializa a noção clássica de *teleologia*, à medida que sua

prática transcende às necessidades elementares dos homens - a incorporação do aspecto subjetivo e criativo da interação homem-natureza.

### Considerações finais

Em última instância, um parque é um pedaço de terra que subjaz à história recente do Capitalismo sobre o planeta. É a intervenção da espécie humana sobre a sua natureza externa a construir uma outra natureza, pretensamente conservada, resguardada dos mecanismos destrutivos do capital. Basta lembrar que foi a exploração econômica dos recursos naturais pelas sociedades modernas que suscitou - mediante a conjuntura capitalista que envolve a dominação racional da natureza - o avigoramento das demandas sociais pela criação de áreas protegidas, as quais têm se destacado enquanto estratégia de conservação dos patrimônios naturais, à medida que os principais ecossistemas do planeta encontravam-se ameaçados.

Mas isso não evitou que as próprias Unidades de Conservação se configurassem enquanto espaço-mercadoria e se inserissem na lógica da acumulação. Um Parque aberto à visitação pública, em certo sentido, é um espaço organizado e apropriado a partir de demandas externas a ele, articulando a si a lógica da simulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelo visitante. A racionalidade do "uso" destes recursos naturais por populações urbanas, subjugadas ao modo de produção e às ideologias e aparatos políticos dominantes, engendram a transformação das práticas sociais de apropriação da natureza. Parques Nacionais, assim, incorporam o mimetismo inerente às sociedades capitalistas; eles são expoentes contraditórios de um modo de produção que tem uma capacidade muito grande de resistir e de se amoldar a diferentes situações.

Uma Parque Nacional, na lógica do capital, se apresenta como território de lazer cuja apropriação, via de regra, orienta seu uso no sentido do lucro e do econômico, tal qual o fazem outras tantas instituições sociais das sociedades modernas. Dessa forma, transformam-se os paraísos em mercadoria - 'produto turístico' - a ser oferecido ao usufruto das populações urbanas que o visitam. Diante dessa concepção emergente de exploração econômica da natureza, os órgãos gestores dos parques permitem que estes paraísos do imaginário ocidental estejam temporariamente "contaminados" por alguns atores sociais (turistas), desde que os mesmos paguem por isso. Resta saber qual *ethos* orienta tal concepção: uma nova configuração da relação homem-natureza ou a reles concepção dos Parques e Reservas como espaço-mercadoria cuja importância transcende à "conservação da natureza" - materializando sua funcionalidade atual no preço do ingresso cobrado aos turistas?

Não obstante, a lógica do capital incorpora, dialeticamente, a noção de "ecologia", "conservação", "desenvolvimento sustentável", "ecoturismo", "educação ambiental", etc. A apropriação difusa de tais termos e seus significados multiplicam-se no cenário contemporâneo, em que o discurso ambientalista e o pensamento ecológico reconfiguram-se; onde a educação ambiental firma-se como pré-requisito de uma era revolucionária na história da vida no planeta, na qual o homem não pode mais negligenciar o futuro e destruir a natureza como se não fizesse parte dela. Neste início de século, ainda que as sociedades estejam crescentemente se tecnificando, a problemática envolvendo o turismo e as Unidades de Conservação expõe as desigualdades e contradições do modo de produção capitalista e seus mecanismos de expansão. O espaço capitalista da natureza, para continuar existindo enquanto tal,

funcionalmente requer, ironicamente, o seu (contra)uso econômico via turismo.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, [s.l.], v. 4, n. 2, p.1-19, março/2000a.
- \_\_\_\_\_. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para Discussão nº 702).
- ALFREDO, A. O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n.19, p.53-79, 2006.
- AOUN, Sabáh. Paraíso à vista - os jardins do éden oferecidos pelo turismo. In: RODRIGUES, A.B. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-27.
- ARON, Raymond. *O Marxismo de Marx*. Trad. Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.
- BEDIM, Bruno P. O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no "Paraíso do Capital". 330 f. Dissertação (Mestrado em Organização, Gestão e Produção do Espaço - Geografia/ IGC-UFMG). Versão prévia apresentada no Seminário de Dissertação em jul.2007. Defesa prevista para dez.2007. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2007.
- BEDIM, Bruno P. A dialética do turismo em áreas naturais protegidas. *Ciência & Tecnologia - OLAM*, Rio Claro (SP), v.7, n.1, maio 2007, p. 1040-1044.
- BEDIM, Bruno P. A questão agrária face a produção capitalista de espaços turísticos no entorno de Unidades de Conservação: confrontações da "matéria" subjacente aos Parques Caparaó, Serra da Canastra e Ibitipoca. Projeto de Pesquisa/ Doutorado - Organização, Gestão e

- Produção do Espaço/ Geografia (IGC-UFMG). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, set.2007. 15p.
- BEDIM, Bruno P.; PAULA, Heber Eustáquio. "Relatos Visitados": História Oral e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v.7, n.1, mar.2007, p.63-77.
- BEDIM, Bruno P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de Unidades de Conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. Ciência & Tecnologia - OLAM, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006, p.356-376.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. Ciência & Tecnologia - OLAM, Rio Claro (SP), v.6, n.2, dez.2006(a), p.335-355.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 4.ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, E. Deporte y ocio en el proceso de la civilización. Trad. Purificación Jimenez. México: Fondo de Cultura Económica, 1992(a).
- \_\_\_\_\_. A busca da excitação. Trad. Maria Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992(b).
- IRVING, Marta de Azevedo. Palestra com Marta Irving. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, p.1-13, IVT-UFRJ, 2002.
- LA TORRE. Oscar de la. El turismo: fenómeno social. México: FCE, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. El Manifiesto Diferencialista. Trad. Julio Moguel e Saúl Escobar. 2.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1975.
- \_\_\_\_\_. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. [s.l.:s.n], 2003. Inédito. (Do original: Espace et Politique. Paris: Éditions Anthropos, 1972).
- LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia Ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARTINS, Sérgio. A cidade sem infância: a produção do espaço no mundo da mercadoria. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.74, p.23-46, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORSELLO, C. Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense. In: JACOBI, P. R. (Org.). Ciência Ambiental: os desafios da interdisciplinaridade. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. p.333-358.
- SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. p.71-86.

**Cronologia do processo editorial:**

Recebimento do artigo:	12-jul-2007
Envio ao parecerista:	05-nov-2007
Recebimento do parecer:	02-dez-2007
Envio para revisão do autor:	02-dez-2007
Recebimento do artigo revisado:	05-dez-2007
Aceite:	06-dez-2007